



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

BIBLIOTECAS COMO ESPAÇOS POLIFÔNICOS E DIALÓGICOS: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E LIMITES ESTRUTURAIS

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3563

Vanessa Levati Biff¹; Josef de Aquino Peruck²

¹ Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale. E-mail: vanessalbiff@gmail.com

² Mestrando em Gestão de Organizações Públicas na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: josefperuck@gmail.com

RESUMO: Este estudo propõe uma análise teórico-crítica das bibliotecas como espaços potencialmente polifônicos e dialógicos, problematizando os limites dessa perspectiva diante da persistência da branquitude como norma cultural e epistêmica. A partir dos conceitos de polifonia e dialogismo em Bakhtin (2004; 2008), compreende-se a biblioteca como ambiente de coexistência de múltiplas vozes e de produção de sentidos no encontro entre textos e leitores. Contudo, à luz da crítica foucaultiana sobre saber e poder (Foucault, 2008), argumenta-se que os processos de seleção, organização e mediação do acervo não são neutros, mas atravessados por regimes de verdade que regulam legitimidades e invisibilidades. Nesse contexto, as bibliotecas podem operar como espaços públicos brancos (Espinal, 2001), reproduzindo hierarquias raciais e epistemológicas. Conclui-se que a efetivação de uma biblioteca polifônica e dialógica exige revisão crítica de políticas de desenvolvimento de coleções, adoção de critérios afirmativos e formação profissional orientada à justiça social.

Palavras-chave: Bibliotecas; Desenvolvimento de coleções; Mediação da leitura; Justiça Social.

INTRODUÇÃO

No interior de instituições educacionais, as bibliotecas integram o ecossistema pedagógico que organiza repertórios, legitima narrativas e produz pertencimento. Todavia, esse horizonte normativo convive com a materialidade de práticas de seleção, organização e mediação que, longe de se configurarem como neutras ou intrinsecamente inclusivas, tendem a reproduzir hierarquias raciais e epistêmicas historicamente sedimentadas (Biff; Conte, 2025a). Assim, discutir a constituição desses espaços implica enfrentar desigualdades estruturais, violências simbólicas e mecanismos institucionais que operam pela exclusão, explícita ou difusa, de saberes e sujeitos subalternizados. Em uma perspectiva crítica, quando determinados grupos não se veem representados no acervo e nas práticas de mediação, a biblioteca pode reforçar hierarquias que impactam o processo educativo, a formação identitária e o acesso equitativo a diferentes formas de conhecimento.

Diante desse cenário, propomos uma leitura teórico-crítica das bibliotecas como espaços potencialmente polifônicos e dialógicos, a partir de Bakhtin (2004; 2008), e tensionamos esse horizonte à luz da crítica foucaultiana sobre saber e poder (Foucault, 2008), em diálogo com estudos



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

que evidenciam a persistência da branquitude como norma cultural no campo bibliotecário (Espinal, 2001; Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2023; Biff; Conte, 2025a). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é explorar a transposição dos conceitos de polifonia e dialogismo, oriundos do campo literário e da filosofia da linguagem ao campo da Biblioteconomia, e examinar os limites institucionais dessa perspectiva aplicada no contexto das bibliotecas, considerando as formações discursivas, os regimes de legitimação e seus efeitos na constituição de acervos e nas práticas de mediação.

Em Bakhtin (2004; 2008), a polifonia designa a coexistência de múltiplas vozes relativamente autônomas e equipolentes, sem que uma voz dominante subsuma as demais; o dialogismo, por sua vez, sustenta que todo enunciado se constitui em relação a outros enunciados, produzindo sentidos em um jogo responsivo e histórico entre discursos. Assim, inicialmente, examinamos como esses conceitos podem ser transpostos e compreendidos dentro do contexto das bibliotecas, especialmente no desenvolvimento de acervos e práticas de mediação da leitura. Em seguida, discutimos as limitações que dificultam a plena realização dessas abordagens, destacando, sobretudo, a hegemonia da branquitude e como ela se reflete e molda as formações discursivas dentro das bibliotecas, empregando para tanto as perspectivas de Foucault (2008).

METODOLOGIA

Este estudo emprega uma abordagem teórico-analítica, de natureza qualitativa e caráter ensaístico, fundamentado em revisão bibliográfica e análise conceitual. O percurso organizou-se em três movimentos: a) delimitação dos conceitos bakhtinianos de polifonia e dialogismo e sua transposição crítica ao campo bibliotecário; b) problematização foucaultiana do discurso, com ênfase na articulação entre saber e poder na produção de legitimidades; e c) diálogo com literatura recente sobre branquitude e decolonização de bibliotecas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Bakhtin (2004), a polifonia refere-se à coexistência de múltiplas vozes independentes e distintas, cada uma com sua própria perspectiva, ideologia e autonomia, dentro de um espaço discursivo. Esse conceito, inicialmente aplicado à análise dos romances de Dostoiévski, destaca a importância da coexistência de diferentes vozes equipolentes dentro de uma narrativa literária,



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

permitindo uma riqueza de perspectivas e diálogos, sem que uma voz dominante subsuma as demais (Bakhtin, 2008). Embora formulado no âmbito da crítica literária, sua transposição ao campo bibliotecário nos oferece uma analogia útil para enfatizar a importância da diversidade e inclusão, especialmente no desenvolvimento de acervos. Assim como nos romances polifônicos, em que cada personagem possui uma voz única e independente (Bakhtin, 2008), a biblioteca deve ser um espaço que reflita a multiplicidade de pontos de vista acerca do mundo, garantindo que todos tenham a mesma representatividade.

Nessa perspectiva, uma biblioteca polifônica é aquela que busca incorporar em seu acervo uma pluralidade de vozes capazes de refletir a complexidade da experiência humana e do conhecimento. Sob o ponto de vista da diversidade, a polifonia aplicada ao campo conecta-se à missão democrática da biblioteca, já que estas devem ser espaços onde todas as vozes possam ser ouvidas e onde todos os indivíduos possam encontrar representações de suas próprias experiências e identidades, permitindo que grupos historicamente subalternizados encontrem reconhecimento e representatividade.

O dialogismo complementa essa perspectiva ao deslocar o foco da coexistência de vozes para a interação entre elas. Para Bakhtin (2004), todo enunciado é responsivo e se constitui na relação com outros enunciados, de modo que os sentidos emergem em um jogo histórico de concordâncias, disputas, reformulações e continuidades. Aplicado às bibliotecas, o dialogismo permite compreendê-las como ambientes em que a produção de sentido ocorre no encontro entre textos e leitores. Cada obra carrega vestígios de discursos anteriores, tradições literárias, filosóficas e epistêmicas, e se reatualiza quando o leitor mobiliza suas experiências e repertórios pessoais para interpretá-la, ressignificando-a.

Desse modo, uma biblioteca dialógica não se reduz à disponibilização de materiais, ela depende de práticas de mediação da leitura que ativem o acervo como campo de interlocução, estimulando questionamentos, debate e participação ativa dos sujeitos. Essa perspectiva contrasta com uma visão monológica da comunicação, entendida como transmissão linear de informação a um receptor passivo (Bakhtin, 2004). Consequentemente, a biblioteca dialógica também implica condições institucionais e espaciais que facilitem o encontro, a convivência e a interação, sobretudo quando se busca reconhecer formas de produção de conhecimento marcadas pela oralidade e coletividade. Contudo, muitas delas ainda são organizadas segundo modelos institucionais marcados



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

por lógicas disciplinadoras e por uma concepção tradicional de uso do espaço, que privilegia o silêncio, a individualização e a contenção das interações. Tais características, historicamente associadas a uma racionalidade eurocêntrica de organização do conhecimento e do comportamento, podem limitar a constituição de ambientes efetivamente abertos à pluralidade de vozes e formas de expressão.

Assim, a análise evidencia que o ideal polifônico-dialógico encontra limites estruturais. Estudos recentes apontam que bibliotecas podem perpetuar narrativas dominantes e invisibilizar perspectivas racializadas (Biff; Conte, 2025a), enquanto debates sobre decolonização defendem revisões intencionais de políticas e práticas para enfrentar assimetrias raciais e epistêmicas (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2023; Biff; Conte, 2025b; Mallmann, 2023). Análises sobre a branquitude na Biblioteconomia indicam que as bibliotecas operam muitas vezes como “espaços públicos brancos” participando de estruturas que regulam legitimidades e centralidades (Espinal, 2001). Assim, considerando que a branquitude pode operar como norma cultural e epistêmica, recorreremos à crítica foucaultiana para problematizar como bibliotecas podem, inadvertidamente, afastar-se da polifonia e do dialogismo ao reproduzir regimes de verdade centrados em uma única perspectiva.

Para Foucault (2008), o saber é indissociável do poder, aquilo que uma sociedade reconhece como “verdade” e “legítimo” resulta de práticas e dispositivos que regulam a produção, a validação e a circulação dos discursos, constituindo regimes de verdade historicamente situados. Desse modo, a biblioteca, enquanto instituição cultural que organiza a memória e o conhecimento da humanidade, pode ser compreendida como um *locus*, no qual se operam procedimentos que produzem visibilidades e invisibilidades.

Nessa perspectiva, os acervos e as práticas de mediação desenvolvidas nas bibliotecas são atravessados por formações discursivas, isto é, sistemas de dispersão que regulam quais enunciados podem ser produzidos, mantidos e transformados, definindo o que é reconhecido como conhecimento legítimo. Para Foucault (2008), aquilo que é tomado como verdadeiro e válido não é neutro, mas produzido no interior de relações de poder. Assim, as bibliotecas configuram-se como espaços nos quais tais dinâmicas se materializam, uma vez que o desenvolvimento de seus acervos e, conseqüentemente, suas práticas de mediação expressam, ainda que implicitamente, determinados valores, prioridades e critérios institucionais de legitimação.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Além de refletirem tais assimetrias, as bibliotecas também as produzem e atualizam. Ao selecionar, organizar e disponibilizar informações, realizam escolhas que participam da continuidade de um sistema de poder que privilegia certos saberes e silencia outros, retroalimentando desigualdades. Assim, à luz da perspectiva foucaultiana, a representação desequilibrada compromete a possibilidade de uma biblioteca efetivamente polifônica (por reduzir a equipolência de vozes) e dialógica (por limitar interlocutores e experiências interpretativas), resultando, paradoxalmente, na reafirmação de uma visão homogênea e restrita do mundo. Quando as bibliotecas selecionam predominantemente obras de autores brancos e ocidentais, elas falham enquanto espaços polifônicos e, por promoverem uma visão homogênea e limitada por meio de seus acervos, restringem suas possibilidades enquanto espaços dialógicos. Como efeito, essa estrutura monológica impacta leitores e comunidades, já que sujeitos pertencentes a grupos minoritários podem experimentar alienação e desvalorização quando suas experiências, histórias e epistemologias não encontram representação no acervo e nas programações.

Somam-se a isso barreiras institucionais e espaciais, já que, historicamente, bibliotecas marcadas por *ethos* eurocêntrico enfatizam silêncio e individualização, o que pode dificultar práticas dialógicas e acolhimento de culturas que valorizam oralidade, coletividade e interação como modos centrais de construir conhecimento. Diante desse quadro, aproximar bibliotecas do horizonte polifônico-dialógico aqui proposto exige um esforço crítico de desestabilização da branquitude como norma, por meio da revisão de políticas e práticas, da adoção de critérios afirmativos no desenvolvimento de coleções e da formação de equipes para reconhecer os efeitos excludentes de supostas neutralidades. Somente com tal deslocamento torna-se possível fortalecer a biblioteca como espaço educativo orientado à diversidade e à justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma biblioteca verdadeiramente polifônica e dialógica será aquela onde múltiplos autores, temas e perspectivas coexistem de maneira independente, sem serem subordinadas a uma única narrativa ou ponto de vista dominante. Além disso, deve ser um espaço vivo de interação discursiva, onde os livros não devem ser vistos como entidades estáticas, mas inseridos em práticas de mediação da leitura, permitindo que leitores e textos se encontrem em um processo contínuo de diálogo e ressignificação. Para materializar essa compreensão, concebemos que as bibliotecas, enquanto



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

espaços polifônicos, precisam sustentar acervos efetivamente diversos, capazes de abrigar múltiplas matrizes epistemológicas, estéticas e políticas. E, enquanto espaços dialógicos, devem promover condições para uma interlocução contínua entre obras e públicos, por meio de ações de mediação, como clubes de leitura, rodas de conversa, oficinas e demais atividades culturais, que estimulem os leitores a interrogar, comparar e re-significar o acervo, reconhecendo as vozes, tensões e perspectivas inscritas em cada texto.

Por conseguinte, a noção de biblioteca polifônica e dialógica se estende à sua própria estrutura como um espaço físico e social: trata-se de um ambiente que deve ser pensado para favorecer o encontro, a convivência e a interação entre usuários, com espaços e dinâmicas que ampliem a participação, a escuta e a circulação de experiências, fortalecendo a biblioteca como lugar de sociabilidade e produção compartilhada de sentidos. Contudo, como apontado, a materialização desse ideal encontra limites nas próprias condições históricas e institucionais que estruturam muitas bibliotecas.

Concluimos, portanto, que a transformação das bibliotecas para as perspectivas aqui descritas requer ações institucionais, como revisão crítica de políticas de desenvolvimento de coleções, adoção de critérios afirmativos de representatividade, fortalecimento de práticas de mediação orientadas à pluralidade e formação profissional voltada à consciência crítica das estruturas que produzem invisibilizações. Como agenda de continuidade, recomenda-se integrar esta discussão a análises empíricas de acervos e práticas de mediação, evidenciando como tais formações discursivas operam localmente e quais estratégias são mais eficazes para sua desestabilização.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BIFF, V. L.; CONTE, D. A colonialidade do saber no acervo das bibliotecas do Instituto Federal Farroupilha. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS ESCOLARES, 2., 2025, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: CEEINTER, 2025a. p. 01–06. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/eduinterp/article/view/2254>. Acesso em: 20 fev. 2026.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

BIFF, V. L.; CONTE, D. Bibliotecas e a efetivação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008: os desafios das políticas de desenvolvimento de coleções nos Institutos Federais. *In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADES*, 2025, 4. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. d.], 2025b. p. 01–06. Disponível em:

<https://revistas.cceinter.com.br/anaisseminariodepoliticaspública/article/view/2940>. Acesso em: 26 jan. 2026.

ESPINAL, I. R. A new vocabulary for inclusive librarianship: applying whiteness theory to our profession. *In: CASTILLO-SPEED, L. (org.). The Power of Language/El poder de la palabra*. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 131–149. Disponível em:

http://works.bepress.com/isabel_espinal/5/. Acesso em: 20 fev. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. As almas do povo branco: supremacia racial e branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 16, p. 1–25, 2023. Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/636>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MALLMANN, P. S. P. Biblioteconomia social e decolonização do saber. *Revista Bibliomar*, [s. l.], p. 13–38, 2023. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21091>. Acesso em: 20 fev. 2026.